

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da
Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais
Paranaguá - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Martini Meat S.A. – Armazéns Gerais (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Martini Meat S.A. – Armazéns Gerais em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia havia registrado no ativo circulante valores a receber no montante de R\$ 31.227 mil relativos a restituição de seguros devido ao sinistro ocorrido em suas instalações. Contudo, o processo de regulação do sinistro naquela data encontrava-se em andamento e a restituição dos valores envolvidos, bem como a data para o seu efetivo pagamento, foi aprovada pela Seguradora no decorrer do exercício de 2016. As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que a contabilização de reembolsos por indenização de seguro sejam reconhecidas quando, e somente quando, for praticamente certo que o reembolso será efetivamente recebido. Dessa forma, tal receita deveria ser reconhecida apenas neste exercício. Portanto, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 está diminuído em R\$ 31.227 mil. Em 31 de dezembro de 2015, o resultado do exercício bem como o patrimônio líquido e o ativo circulante estão aumentados em R\$ 31.227 mil.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.646	871	Fornecedores		4.998	3.012
Contas a receber de clientes	5	9.464	8.050	Financiamentos e empréstimos	12	26.353	52.763
Impostos a recuperar	6 (a)	2.222	1.081	Valores a pagar pelo sinistro	7	5.929	-
Valores a receber - restituição de seguro	7	5.000	31.227	Arrendamento mercantil.	14	619	1.363
Outras contas a receber		<u>2.110</u>	<u>1.389</u>	Impostos e contribuições a recolher		2.172	1.370
				Salários e férias a pagar		2.622	2.519
		<u>30.442</u>	<u>42.618</u>	Dividendos a pagar	15	2.768	371
				Estoque de terceiros sinistrados		-	25.993
				Outras contas a pagar.		<u>310</u>	<u>160</u>
						<u>45.771</u>	<u>87.551</u>
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	8	-	49	Financiamentos e empréstimos	12	45.752	49.663
Impostos a recuperar	6 (a)	821	854	Valores a pagar pelo sinistro	7	3.673	-
Propriedades para investimento	9	8.300	8.300	Arrendamento mercantil	14	26	637
Imobilizado	10	159.522	166.653	Mútuos com coligadas	8	12.740	-
Intangível	11	<u>14.031</u>	<u>15.807</u>	Provisão para contingências	13	1.124	1.231
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	6 (b)	13.513	7.602
		<u>182.673</u>	<u>191.663</u>	Outras contas a pagar		<u>152</u>	<u>292</u>
						<u>76.980</u>	<u>59.425</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	15	46.404	46.404
				Reservas de lucros		31.131	27.397
				Ajuste de avaliação patrimonial		<u>12.829</u>	<u>13.504</u>
						<u>90.364</u>	<u>87.305</u>
		<u>213.115</u>	<u>234.281</u>			<u>213.115</u>	<u>234.281</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	16	105.156	87.687
Custos dos serviços prestados	17	<u>(71.673)</u>	<u>(64.248)</u>
Lucro bruto		33.483	23.439
Vendas	17	(654)	(887)
Administrativas e gerais	17	(10.679)	(9.926)
Outras despesas operacionais, líquidas	17	<u>(317)</u>	<u>(406)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		<u>21.833</u>	<u>12.220</u>
Receitas financeiras	18	8.976	6.011
Despesas financeiras	18	<u>(19.072)</u>	<u>(24.076)</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(10.096)</u>	<u>(18.065)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		11.738	(5.845)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	6 (c)	<u>(5.911)</u>	<u>6.627</u>
Resultado do exercício		<u><u>5.827</u></u>	<u><u>782</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Resultado do exercício	5.827	782
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultados abrangentes do exercício	<u><u>5.827</u></u>	<u><u>782</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2015	46.404	1.646	23.092	14.224	-	85.366
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	-	720	(720)	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	782	782
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios 2014	-	-	1.528	-	-	1.528
Destinações:						
Reserva legal	-	40	-	-	(40)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(371)	(371)
Reserva para retenção de lucros	-	-	371	-	(371)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	46.404	1.686	25.711	13.504	-	87.305
Realização do custo atribuído, líquido de impostos	-	-	675	(675)	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	5.827	5.827
Destinações:						
Reserva legal	-	291	-	-	(291)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.768)	(2.768)
Reserva para retenção de lucros	-	-	2.768	-	(2.768)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	46.404	1.977	29.154	12.829	-	90.364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	5.827	782
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	11.442	10.237
Custo residual do ativo imobilizado alienados ou baixados	719	362
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.911	(6.627)
Provisões para contingências	45	1.103
Juros sobre empréstimos	7.613	18.795
	<u>31.557</u>	<u>24.652</u>
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução em contas a receber	(1.414)	2.445
(Aumento) redução em outros ativos	(1.780)	718
Aumento (redução) em fornecedores	1.986	(911)
Aumento em valores a pagar pelo sinistro	9.602	-
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	625	(1.490)
	<u>40.576</u>	<u>25.414</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(3.203)	(7.186)
Aquisições de intangível	(49)	(4.365)
Aplicações financeiras vinculadas	-	1.268
	<u>(3.252)</u>	<u>(10.283)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Mútuos com partes relacionadas	12.740	-
Dividendos distribuídos	-	(1.310)
Empréstimos e financiamentos captados	16.527	20.269
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros pagos	(46.201)	(24.890)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(9.615)	(14.899)
	<u>(26.549)</u>	<u>(20.830)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>10.775</u>	<u>(5.699)</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	871	5.755
No fim do exercício	<u>11.646</u>	<u>56</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>10.775</u>	<u>(5.699)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais (“Martini Meat”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na BR 277, KM 6, em Paranaguá - Paraná, e tem por objeto a prestação de serviços a terceiros de armazenagem em geral de carga acondicionada em containers, fardos ou sacos, bobinas, tambores ou tonéis, caixas e latas em lotes paletizados, a granel ou solta, incluídos produtos congelados e resfriados, *in natura* ou industrializados, e os serviços correlatos de movimentação de carga, pesagem, paletização, reetiquetagem, reembalagem, fumigação ou expurgo, enfardamento, ensacagem e costuras de sacos, unitização e desunitização de containers, embarque e desembarque de containers vazios e cheios. A Martini Meat possui armazéns nas localidades de Paranaguá, Ponta Grossa/PR, Itajaí/SC, Rio Grande/RS.

Ao longo dos últimos exercícios a Companhia vem realizando investimentos relevantes no aumento do seu ativo imobilizado com o objetivo de atender a crescente demanda de seus clientes, principalmente àqueles relacionados ao seguimento de armazenagem e movimentação de cargas frigoríficas. As projeções de resultados e geração de caixa, preparados pela Administração, efetuadas com base nos contratos em carteira existentes no encerramento do exercício, indicam que a Companhia terá condições de cumprir as obrigações de curto e longo prazo assumidas com instituições financeiras, consolidando e aumentando a lucratividade das suas operações.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 23 de fevereiro de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Base de preparação

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

c. *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais estão incluídas nas notas explicativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.2 (g)** - Redução ao valor recuperável (Impairment);
- **Nota 9** - Propriedade para investimentos;
- **Nota 10** - Imobilizado (depreciação);
- **Nota 13** - Provisão para contingências;
- **Nota 14** - arrendamento mercantil;
- **Nota 19** - instrumentos financeiros.

3.2 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. *Moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

b. *Instrumentos financeiros*

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são eventos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Os ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo sem acréscimo de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente a data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registrados no resultado.

Reconhecimento de receita

As receitas com serviços prestados representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas com serviços prestados são reconhecidos: (i) quando o valor dos serviços prestados é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos serviços prestados, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível

(i) Ágio

O ágio resultante na aquisição de controlada é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a nota explicativa 11.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação à companhia investida registrada por equivalência patrimonial até a data de sua incorporação, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento não é alocada para nenhum ativo, incluindo o ágio, que faz parte do valor contábil da empresa investida registrada por equivalência patrimonial.

(ii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(iii) Amortização

Os ativos intangíveis com vida útil definida possuem amortização que é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível a aquisição de uma propriedade para investimentos. O custo da propriedade para investimentos construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimentos em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

f. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

g. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Pagamento de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As distribuições recebidas de investida registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m. Novas normas de interpretação ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

3.3 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de partes relacionadas

O valor justo de contas a receber de partes relacionadas, por representar valores que serão recebidos no curto prazo, está representando pelo valor contábil. Esses valores são avaliados no momento inicial pelo valor contratual, o qual é equivalente ao valor presente. Sobre esses montantes não existe risco de crédito.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e juros incorridos, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, quando disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o exercício de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos).

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados, baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento similar apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte, quando apropriado.

3.4 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de taxa de juros
- Risco de liquidez

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Risco de crédito

A Companhia não espera perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas. Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI e os contratos de financiamentos existentes são de longo prazo contratados com órgãos de fomento e desenvolvimento (BNDES), com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas pelo BNDES.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e bancos	1.268	56
Aplicações financeiras (i)	10.378	815
	<u>11.646</u>	<u>871</u>

- (i) As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos (CDB's) remunerados à taxa de 96% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e apresentam liquidez imediata.

5 Contas a receber de clientes

	2016	2015
No país	9.464	7.472
Serviços a faturar	-	578
	9.464	8.050
	9.464	8.050

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2016	2015
A vencer	9.254	7.784
Vencidos há 30 dias	16	211
Vencidos de 31 dias a 90 dias	45	14
Vencidos acima de 90 dias	149	41
	9.464	8.050
	9.464	8.050

A necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD é avaliada tomando como base a situação de cada título vencido, quando aplicável.

6 Impostos a recuperar e diferidos

a. Impostos a recuperar

	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social	69	69
IRRF sobre aplicações financeiras	1.837	143
INSS cooperativas	-	163
PIS e COFINS a recuperar	1.137	1.560
	3.043	1.935
	3.043	1.935
Circulante	2.222	1.081
Não circulante	821	854

As antecipações de imposto de renda e contribuição social serão compensadas no curso normal de sua operação no decorrer dos próximos doze meses. O saldo de créditos de PIS e COFINS refere-se, principalmente, a créditos gerados na aquisição de ativo imobilizado.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

A Companhia tem contabilizado impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e sua Administração considera que estes serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que deram origem combinadas com a geração de lucros tributários futuros. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas trimestralmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	2016	2015
Passivo não circulante		
Diferenças temporárias		
Provisão de contingências	913	758
Prejuízo fiscal e base negativa	3.298	3.298
Ágio Refribras	2.198	2.446
Custos dos empréstimos - CPC20	(783)	(994)
Ajuste dos custos atribuídos - CPC27	(14.628)	(12.726)
Reconhecimento de diferenças temporárias - ressarcimento do seguro	(4.080)	-
Outros	(431)	(384)
	(13.513)	(7.602)
	(13.513)	(7.602)

c. Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2016	2015
Resultado antes dos impostos	11.738	(5.845)
Alíquota nominal	34%	34%
	(3.991)	1.987
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(3.991)	1.987
Adições (exclusões) permanentes e outros:		
Despesas indedutíveis	33	67
Prejuízo fiscal do exercício	(1.953)	-
Outros	-	4.573
	(5.911)	6.627
Imposto de renda e contribuição social no resultado:		
Diferido	(5.911)	6.627
	(5.911)	6.627
IRPJ e CSLL no resultado	(5.911)	6.627

7 Valores a receber – restituição de seguro

Em 5 de dezembro de 2015, dois barracões da Companhia, destinados ao armazenamento de cargas gerais, foram acometidos por sinistro decorrente de incêndio. Em tais barracões, contíguos entre si e com metragem total aproximada de 9.400 m² e cujo saldo contábil residual na data do evento era de R\$ 5.234 o qual foi baixado no resultado de 31 de dezembro de 2015, estavam armazenados estoques de terceiros no montante de R\$ 25.993, os quais foram integralmente danificados. A recuperação desses valores, no total de R\$ 31.227 foi reconhecida em 31 de dezembro de 2015 já que tanto as edificações, quanto os estoques de terceiros estavam cobertos por apólice de seguros, a qual cobre os riscos decorrentes de sinistros desta natureza.

Ao longo de 2016, o saldo a receber da Seguradora por restituição pelas perdas apuradas era de R\$ 12.000, onde R\$ 7.000 foram adiantados durante o exercício e a diferença de R\$ 5.000 estavam pendentes de recebimento (veja nota explicativa 21). A Administração também registrou em seu passivo os valores a serem reembolsados aos clientes proprietários dos estoques armazenados que foram integralmente danificados, sendo que o saldo a pagar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 9.603.

8 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 referem-se a contratos de mútuo da Companhia com seus acionistas e outras companhias relacionadas, de acordo com os termos descritos abaixo:

a. Saldos e transações

	2016		2015	
	Mútuos passivo não circulante	Dividendos a pagar	Outras contas a receber	Dividendos a pagar
Ritmo Logística S.A.	12.740	-	-	-
Celso Antonio Frare - sócio.	-	-	49	2
Novo Oriente Participações Ltda.- sócio	-	2.768	-	369
	<u>12.740</u>	<u>2.768</u>	<u>49</u>	<u>371</u>

Os contratos de mútuo destacados acima não possuem incidência de juros e data de vencimento.

b. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração é composto pela diretoria eleita anualmente na Assembléia Geral Ordinária - AGO.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 264 (R\$ 576 em 2015). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

A Companhia tem como acionista majoritário a Novo Oriente Participações Ltda. com 99,58% de participação do seu capital social.

9 Propriedades para investimento

Referem-se a terrenos não destinados ao uso da Companhia em sua atividade operacional, os quais são mantidos com a finalidade de se obter valorização de capital. A Companhia optou pelo método de mensuração a custo.

10 Imobilizado

	Edificações	Veículos, tratores e colhedoras	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Outras imobilizações	Obras em andamento	Terrenos	Total
Custo ou avaliação:								
Em 31 de dezembro de 2015	96.655	2.984	79.391	4.931	9.717	1.962	7.657	203.297
Adições	35	-	588	75	-	2.505	-	3.203
Baixas	(13)	(33)	(1.279)	-	-	-	-	(1.325)
Transferências	145	-	-	-	-	(1.301)	-	(1.156)
Em 31 de dezembro de 2016	96.822	2.951	78.700	5.006	9.717	3.166	7.657	204.019
Depreciação:								
Em 31 de dezembro de 2015	(8.672)	(811)	(21.721)	(2.725)	(2.715)	-	-	(36.644)
Despesas de depreciação no exercício	(1.870)	(187)	(4.823)	(625)	(956)	-	-	(8.461)
Baixas	-	21	587	-	-	-	-	608
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	(10.542)	(977)	(25.957)	(3.350)	(3.671)	-	-	(44.497)
Valor residual líquido:								
Em 31 de dezembro de 2015	87.983	2.173	57.670	2.206	7.002	1.962	7.657	166.653
Em 31 de dezembro de 2016	86.280	1.974	52.743	1.656	6.046	3.166	7.657	159.522
Taxas da depreciação % a.a.:	2 a 4	5,6 a 16,7	8,3 a 16,7	10	4 a 25			

11 Intangível

	% Taxa anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	<u>2016</u> Líquido	<u>2015</u> Líquido
Ágio em aquisição (a)					
Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda.	-	3.675	-	3.675	3.675
Sistemas de processamento de dados	20	15.579	(5.223)	10.356	12.132
		<u>19.254</u>	<u>(5.223)</u>	<u>14.031</u>	<u>15.807</u>

Movimentação do intangível

	Ágio (a)	Sistema de processamento de dados	Total
Custo ou avaliação: Em 31 de dezembro de 2015	<u>3.675</u>	<u>14.374</u>	<u>18.049</u>
Adições	-	49	49
Transferências	-	1.156	1.156
Em 31 de dezembro de 2016	<u>3.675</u>	<u>15.579</u>	<u>19.254</u>
Amortização: Em 31 de dezembro de 2015	-	-	-
	<u>-</u>	<u>(2.242)</u>	<u>(2.242)</u>
Despesas de amortização no exercício	-	(2.981)	(2.981)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>-</u>	<u>(5.223)</u>	<u>(5.223)</u>
Valor residual líquido: Em 31 de dezembro de 2015	3.675	12.132	15.807
Em 31 de dezembro de 2016	3.675	10.356	14.031

a. **Ágio na aquisição - Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda.**

O saldo de ágio apurado na aquisição da então controlada Refribrás Armazéns Frigoríficos Ltda., que foi incorporada pela Martini Meat S.A. - Armazéns Gerais em 24 de outubro de 2011 encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da operação adquirida e às economias de escala esperadas da combinação de operações da Refribrás com as da Martini Meat, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível.

O valor de aquisição, em 13 de abril de 2010, foi de R\$ 22.000, enquanto o valor do patrimônio líquido avaliado a valor justo da controlada adquirida, resultante do exercício de identificação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 15 - Combinação de negócios, nesta mesma data, era de R\$ 18.325, apurando ágio no valor de R\$ 3.675.

Pelo fato de não existir diferentes níveis de segmento operacional e unidades geradora de caixa (UGC) na operação da controlada adquirida, o ágio não foi alocado e foi considerado em sua totalidade na operação da controlada.

De acordo com as práticas contábeis vigentes, o ágio por expectativa de rentabilidade futura não é mais amortizado, sendo então efetuados testes anuais quanto ao valor recuperável.

12 Empréstimos e financiamentos

a. Composição

Modalidade	Encargos	Passivo circulante	
		2016	2015
BNDES	8% ao ano e TJLP + juros de 3,44% a 10,75% ao ano	12.153	17.038
FINAME	TJLP + juros de 2% a 10,75% ao ano	1.031	1.223
FINIMP	Euro + 6,99% ao ano a 8,90% ao ano e Dólar + 4,81% ao ano	945	1.581
Capital de giro e conta garantida	1% ao mês e CDI + juros de 0,30% a 0,39% ao mês	11.297	12.372
Contrato swap	Dólar + 4,81% ao ano	927	20.549
		<u>26.353</u>	<u>52.763</u>
Modalidade	Encargos	Passivo não circulante	
		2016	2015
BNDES	8% ao ano e TJLP + juros de 3,44% a 10,75% ao ano	27.733	34.819
FINAME	TJLP + juros de 2% a 10,75% ao ano	1.915	2.941
FINIMP	Euro + 6,99% ao ano a 8,90% ao ano e Dólar + 4,81% ao ano	1.608	3.048
Capital de giro e conta garantida	1% ao mês e CDI + juros de 0,30% a 0,39% ao mês	14.496	7.933
Contrato swap	Dólar + 4,81% ao ano	-	922
		<u>45.752</u>	<u>49.663</u>
Total		<u>72.105</u>	<u>102.426</u>

b. Vencimentos a longo prazo

	2016
2018	22.917
2019	7.883
2020	6.303
2021	5.096
2022	2.222
2023	1.331
	<u>45.752</u>

Em 31 de dezembro de 2016 os empréstimos e financiamentos com natureza BNDES e FINAME estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor R\$ 63.132, em primeiro, segundo, terceiro e quarto grau e aval do sócio majoritário. Os empréstimos e financiamentos de capital de giro estão garantidos por aval do sócio majoritário no valor de R\$ 20.250. Os empréstimos e financiamentos com natureza Contrato swap estão garantidos pelo aval do sócio majoritário no valor de R\$ 21.471, Os empréstimos e financiamentos com natureza FINIMP estão garantidos pelo aval do sócio majoritário no valor de R\$ 4.629.

13 Provisão para contingências

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<u>2016</u>			<u>2015</u>
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Trabalhistas	1.855	(204)	1.651	1.523
Tributárias	<u>1.651</u>	<u>(2.178)</u>	<u>(527)</u>	<u>(292)</u>
	<u>3.506</u>	<u>(2.382)</u>	<u>1.124</u>	<u>1.231</u>

Movimentação da provisão para contingências

	<u>2015</u>			<u>2016</u>
	Saldo	Adições a provisão	Utilização	Saldo
Trabalhistas	2.229	456	(830)	1.855
Tributárias	<u>1.232</u>	<u>419</u>	<u>-</u>	<u>1.651</u>
	<u>3.461</u>	<u>875</u>	<u>(830)</u>	<u>3.506</u>

Existem outras contingências passivas, com naturezas: tributárias, trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, no montante estimado de R\$ 4.827 (R\$ 1.684 em 2015), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

14 Arrendamento mercantil (arrendatário)

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro possuem prazo de duração de 36 a 60 meses, com cláusulas de opção de compra após essa data.

Em 31 de dezembro de 2016, os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	619	32	651
Entre um a dois anos	<u>26</u>	<u>1</u>	<u>27</u>
	<u>645</u>	<u>33</u>	<u>678</u>

As taxas de juros dos contratos de arrendamento variam de 0,86% a 1,27% ao mês para os contratos pré-fixados. Os arrendamentos são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o capital social é de R\$ 46.404 totalmente subscrito e integralizado, e a participação societária está composta em 46.403.767 ações com valor nominal de R\$ 1 cada, pertencentes a Novo Oriente Participações Ltda, cuja participação é de 99,58% (46.211.277 ações) e ao Sr. Celso Antonio Frare, com participação de 0,42% (192.490 ações).

a. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dividendos

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76.

Reserva de retenção de lucros

O saldo da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2016 será destinado ao encerramento do exercício social, à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para o reforço do capital de giro.

16 Receita operacional líquida

	2016	2015
Serviços prestados		
Receita de armazenamento	120.887	100.468
	<u>120.887</u>	<u>100.468</u>
Deduções		
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(15.362)	(12.535)
Devoluções e abatimentos	(369)	(246)
	<u>(15.731)</u>	<u>(12.781)</u>
	<u>105.156</u>	<u>87.687</u>

17 Custos dos serviços prestados e despesas com vendas, administrativas e gerais por natureza de gastos

	2016	2015
Despesa com benefícios a empregados	(29.422)	(28.950)
Serviços de terceiros	(5.704)	(5.393)
Despesas de depreciação e amortização	(11.442)	(10.237)
Despesas com energia elétrica	(12.746)	(13.383)
Manutenção e reparos	(5.101)	(5.127)
Locação e estadias do porto	(3.591)	(2.636)
Fretes	(5.356)	(620)
Combustíveis e lubrificantes	(1.336)	(1.483)
Outros	(8.625)	(7.638)
	(83.323)	(75.467)
Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função		
Custos dos serviços prestados	(71.673)	(64.248)
Despesas com vendas	(654)	(887)
Despesas administrativas e gerais	(10.679)	(9.926)
Outras despesas operacionais, líquidas	(317)	(406)
	(83.323)	(75.467)

18 Despesas financeiras, líquidas

	2016	2015
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.251)	(18.819)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil financeiro	(185)	(369)
Variação cambial passiva	(1.897)	(4.440)
Outros	(739)	(448)
	(19.072)	(24.076)
Receitas financeiras		
Juros sobre ativos financeiros	4.979	2.430
Variação cambial ativa	3.997	3.581
	8.976	6.011
	(10.096)	(18.065)

19 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetuou contratação de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo:

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

		2016		2015	
	Nota	Passivo financeiro ao custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Saldo contábil/valor justo	Saldo contábil/valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	11.646	11.646	871
Contas a receber de clientes	5	-	9.464	9.464	8.050
		-	21.110	21.110	8.921
Passivos					
Fornecedores		5.283	-	5.283	3.012
Financiamentos e empréstimos	12	72.106	-	72.106	52.763
Financiamentos de clientes - sinistro	7	9.603	-	9.603	-
Arrendamento mercantil	14	645	-	645	1.363
		87.637	-	87.637	57.138

- Aplicações financeiras - São definidos como ativos designados pelo valor justo por meio do resultado e mantidos até o vencimento. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI e Selic.
- Contas a receber e outras contas a receber - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).
- Empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas.

Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

A Companhia vem realizando prospecção de novos clientes com o objetivo de diversificação (pulverização do risco).

A Companhia considera remota a descontinuidade das operações dos atuais clientes, por considerar as vantagens logísticas de Paranaguá, atuais e futuras, com tendência de incremento nas movimentações de cargas.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realizou operações com instituições financeiras consideradas de baixo risco.

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados e dos demais componentes utilizados no processo de prestação de serviço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade

As despesas e receitas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia em moeda estrangeira, são afetadas pelas variações do câmbio, especificamente do euro. Contudo, a Companhia não espera impactos significativos nas despesas e receitas financeiras em decorrência da exposição cambial não ser material.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Nos quadros abaixo são considerados três cenários, sendo o cenário provável adotado pela Companhia. O cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço.

Para o Cenário I consideramos uma baixa de 25% para as aplicações financeiras e um incremento de 25% nas operações de capitalizações nas cotações das taxas de juros e para o Cenário II uma redução/aumento de 50%. A taxa de referência CDI utilizada no cálculo do cenário provável foi de 13,99%.

Cenário de redução na taxa do CDI

Cenário de redução na taxa do CDI

Descrição	Indexador	Risco	Valor Base	Cenário Provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI	Baixa do CDI	10.378	1.453	1.083	713
Impacto no resultado					(370)	(740)
Capital de giro e conta garantida	CDI	Baixa do CDI	25.793	3.611	2.692	1.773
Impacto no resultado					919	1.838

Cenário de alta na taxa do CDI

Cenário de alta na taxa do CDI

Descrição	Indexador	Risco	Valor Base	Cenário Provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras Impacto no resultado	CDI	Alta do CDI	10.378	1.453	1.823 370	2.192 739
Capital de giro e conta garantida Impacto no resultado	CDI	Alta do CDI	25.793	3.611	4.530 (919)	5.448 (1.837)

A Companhia não espera mudanças na taxa relativa à TJLP, as quais são indicadores base para as operações de FINAME e com o BNDES.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes às operações financeiras contratadas em dólares americanos.

A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Em 31 de dezembro de 2016, os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos em aberto estão abaixo sumarizados. O valor nocional do instrumento financeiro derivativo é de USD 13.050.

Instrumento	Vencimentos	Ativo - Taxa média (risco contratado)	Passivo - Taxa média (objeto protegido)	31/12/16	
				Ativo	Passivo
Swap de moedas	12/9/16 a 21/03/17	US\$ + 4,28% a.a.	CDI + 3,49% a.a.	1.488	927

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e utilizando metodologia de avaliação de projeção de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas acima não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições de primeira linha, no Brasil, e são garantidos por aval do sócio majoritário da Companhia.

Risco de liquidez e estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser assim sumarizados:

	2016	2015
Total dos financiamentos e empréstimos (Nota 7 e 12) e arrendamentos mercantis (Nota 14)	82.354	(104.426)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(11.646)	(871)
Dívida líquida	70.708	103.555
Total do patrimônio líquido	93.131	87.305
Total do capital	163.839	190.860
Índice de alavancagem financeira	43%	54%

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não-derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016					
Financiamentos e empréstimos	12	26.353	22.917	19.282	3.553
Financiamentos de clientes – sinistro	7	5.929	-	-	-
Arredamentos mercantis	14	619	26	-	-
Fornecedores		5.283	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015					
Financiamentos e empréstimos	12	52.763	16.650	24.365	8.648
Financiamentos de clientes – sinistro	7	-	137	3.536	-
Arredamentos mercantis	14	1.363	611	26	-
Fornecedores		3.012	-	-	-

20 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros patrimonial está composta por R\$ 140.721 para danos materiais, sendo R\$ 109.000 para cobertura predial, R\$ 30.080 para cobertura de lucros cessantes, R\$ 641 para risco civil operador portuário, R\$ 500 para responsabilidade civil/ambiental e R\$ 500 para danos materiais em automóveis.

21 Eventos subsequentes

Em 12 de fevereiro de 2017 a Companhia recebeu a quantia de R\$ 5.468 da Seguradora, sendo o saldo remanescente de reembolso pelo sinistro decorrente do incêndio em 5 de dezembro de 2015 de dois barracões destinados ao armazenamento de cargas gerais onde estavam armazenados estoques de terceiros.

22 Transações que não envolvem caixa

A seguradora responsável pela restituição do sinistro ocorrido em 5 de dezembro de 2015 efetuou o reembolso de R\$ 10.702 mil diretamente ao cliente SLC, que teve seus estoques sinistrados naquela data e, como não envolveram caixa, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

* * *